

# **Gestão Democrática do Espaço e Participação dos Geógrafos**

José Borzacchiello da Silva\*

O caráter corporativista que identifica a formação e o desempenho dos profissionais técnicos, tão em evidência nos últimos anos, exige cada vez mais uma desmontagem da moldagem ideológica que durante todos esses anos compartimentou o conceito de ciência e fracionou grupos de cientistas e pesquisadores. A criação de planos cada vez mais ambiciosos de especialização resultou no surgimento de novos ramos científicos, alguns tão independentes que acabaram tornando-se autônomos.

A Geografia, como campo do conhecimento que se estruturou cientificamente nos últimos séculos, com sua natureza generalista e seu cunho regional que procura mostrar a síntese, foi por muito tempo uma área em que a participação de seus profissionais vinculou-se sobretudo à narrativa de viagens. Nessas viagens, ou expedições, o relatório descritivo da "paisagem" constituía um arcabouço detalhado das características físicas onde as sociedades, ou seja, os seres humanos se assentavam. A separação entre o interesse pela análise do fisiográfico e a busca pela compreensão do social, tida anteriormente como antropogeografia, e, mais tarde, como geografia humana, talvez ainda não tenha sido superada, posto que a maioria dos geógrafos permanece "míope" com relação à unidade teórico-metodológica do objeto da Geografia. Essa unidade só poderá ser apreendida através da análise do espaço geográfico enquanto objeto da Geografia, por ser ele o "locus" privilegiado das relações sociais de produção. O espaço geográfico propriamente dito é aquele onde os elementos formadores do chamado quadro natural, ou seja, da natureza, constituem condição "sine qua non" para que subsista a sociedade.

---

**Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará -Fortaleza.**

De posse dessa unidade, o geógrafo, enquanto profissional de gabinetes ou de sala de aula, que conhece e analisa o espaço geográfico - este enquanto morada do homem - pode dar uma contribuição significativa para o processo democrático de gestão do espaço. Como a gestão democrática contém no seu bojo todas as implicações políticas, econômicas e sociais que intervêm no espaço, fica claro que para assimilar a realidade de um dado espaço, o geógrafo profissional deverá compreender o espaço como resultado de múltiplas determinações históricas da sociedade. Sabe-se que o espaço geográfico contém e manifesta as relações de poder, a apropriação privada ou não do solo, dos recursos disponíveis e dos meios de produção, que constituem elementos fundamentais para que se compreenda o estágio, nível ou forma como uma dada sociedade está estruturada.

Na maioria dos casos, as sociedades não sobrevivem sós, independentemente, mas possuem uma base espacial que contém e registra nela própria as relações de produção geradas em seu interior. Assim, as relações entre os múltiplos espaços diferenciados ocorrem historicamente a partir da circulação de pessoas das diversas classes sociais (isto numa sociedade de classes como a nossa), de mercadorias e de capital.

A apreensão dessas relações e a possibilidade de se apresentarem propostas alternativas, capazes de propiciar um redirecionamento quanto ao uso, ocupação e produção do espaço geográfico pelos grupos sociais especialmente aqueles formados pela enorme massa de desassistidos, constitui a contribuição efetiva que o geógrafo pode oferecer à sociedade de um modo geral para a compreensão analítica do espaço.

A prática profissional do geógrafo está intimamente vinculada à ação oficial, por ser o Estado o grande e talvez o único empregador do técnico. O geógrafo, enquanto professor, também tem no Estado o seu maior empregador. É significativa a rede de escolas particulares de 1º, de 2º e de 3º grau onde os geógrafos desempenham atividades profissionais. Sendo tão importante a ação do Estado, e, considerando-se que é enquanto técnico que a ação do geógrafo mais se evidencia, merece destaque, neste caso, a regulamentação da profissão que, privilegia apenas o bacharel, na condição de geógrafo técnico. A Lei 6664/79, que regula e controla via CREA o exercício profissional do geógrafo-técnico, pressupõe uma ação compartimentada, de acordo com um perfil contido no seu corpo como instrumento legal. Mesmo uma análise superficial revela essa compartimentação do conhecimento geográfico, não definindo uma atuação processo, visto que sua aplicação não traduz as necessidades próprias de uma situação de gestão democrática do espaço. Ela expressa muito mais

um caráter de atividade estanque do que o conjunto organizado e sistematizado de conhecimento que deve reger um campo científico.

Enquanto professor, a ação do geógrafo é analisada aqui como a daquele profissional que repassa o conhecimento geográfico produzido. A excessiva carga horária à que fica submetida a maioria dos professores e os baixos salários pagos praticamente impedem que eles aprofundem seus estudos e que também sejam produtores do saber geográfico. Poucos são os professores que trabalham criticamente com seus alunos, no sentido de que eles possam perceber-se como cidadãos que habitam um espaço geográfico, reconhecendo que esse mesmo espaço é resultado do trabalho coletivo determinado pelas relações sociais de produção. A Geografia assim ensinada contribui para que o aluno sinta-se produtor e usuário de seu espaço de vivência e de experiência. Dessa forma, ele percebe sua posição sócio-espacial e sem dúvida descobrirá os condicionantes sociais contidos no processo de produção do espaço e as razões de sua diferenciação. Assim, ele deixa de estudar o espaço através da Geografia, como um mero espectador que o analisa e observa como se este lhe fosse exterior.

A base e a fundamentação do engajamento do geógrafo num processo de gestão democrática do espaço não devem depender apenas de um estatuto legal. O pleno envolvimento do profissional de Geografia impõe que, a partir de uma reflexão crítica de seu papel social, surja uma ação, em que seu embasamento teórico-metodológico contribua para a análise da sociedade. Agindo dessa maneira, ele coloca e aplica seu saber e seu conhecimento acumulado a partir da experiência, em função de grande massa dos despossuídos. Só assim é possível o retorno daquilo que nele foi investido socialmente para que ele chegasse à universidade. Sabe-se que a sociedade gera seus profissionais; porém, estes só adquirem consciência de seu papel social através da práxis, onde sua ação é o próprio exercício de sua cidadania, de modo que o caráter de sua formação profissional decorra das oportunidades que lhes são oferecidas. Observando esse aspecto, torna-se possível uma prática consciente da profissão, evitando-se que o geógrafo seja um "tarefeiro" que executa projetos em muitos casos sem nenhuma relação com as reais necessidades da sociedade neles envolvida. Numa sociedade de classes como a nossa, a condição de classe indica que membros terão oportunidades de constituir e de perpetuar a classe dirigente como proprietária dos meios de produção ou como burguesia gerencial. Fica claro também que os elementos oriundos da burguesia não conseguem ou, na maioria das vezes, evitam sensibilizar-se com os problemas das classes subalternas. Assim, todo o cunho ideológico das classes sociais que formam seus quadros se reflete na formação

acadêmica. Surgem assim a maioria das "teorias" e dos "métodos científicos" capazes de explicar e de justificar a pobreza - tentativa de perpetuar a situação. Como o quadro é constituído por representantes da classe dominante, fica patente que essa visão tende a se reproduzir.

Os despossuídos, a grande maioria assalariada que praticamente compõe a base da sociedade na condição de massa trabalhadora, e que é numericamente pouco representativa nos gabinetes e no mundo acadêmico, constitui o *FAZER* da sociedade, operacionalizando aquilo que a minoria da classe dominante pensa hegemonicamente, visto que o pensar a sociedade tem sido tema de todas as classes, ficando porém restrita a primazia do controle ideológico à minoria dominante.

Esse pensar a sociedade hegemonicamente por uma minoria, permite pensá-la das formas mais diversas, ocasionando mecanismo capazes de alterar seu conteúdo social. Cultura e tecnologia são manipuladas de acordo com os interesses dominantes.

Ficam evidentes as dificuldades enfrentadas pelos movimentos populares quando preocupados em refletir sobre sua própria situação e condição. Nesse ato de reflexão, a própria linguagem analítica utilizada tem de ser emprestada à classe geradora dos conceitos e dos significados - a classe dominante.

Em nome da proteção da sociedade diante de uma prática profissional errada, inadequada ou defeituosa, surgem os conselhos profissionais e as delegacias de ensino, que se caracterizam mais pela proteção das categorias profissionais filiadas a elas, do que da massa espoliada de trabalhadores propriamente dita.

No caso específico da prática profissional do geógrafo, qual tem sido a ação do conselho e das delegacias de ensino para proteger realmente a sociedade? Como tem sido direcionada a ação de nossos profissionais quanto à questão dos sem-terra no campo e na cidade? Que mecanismos legais amparam a massa trabalhadora?

Constata-se que, para essa parcela representativa de nossa sociedade, não existem mecanismos legais capazes de defendê-la. No máximo surgem ações efêmeras, institucionalizadas, com o intuito de direcionar as massas, evitando conflitos sociais mais sérios. Sabe-se que esses mecanismos legais não significam direitos propriamente ditos a nível da prática. Em muitos casos, eles existem em forma de lei, sem que seus beneficiários em potencial sequer saibam da sua existência. Isso acontece porque sua origem não está vinculada à luta das massas trabalhadoras organizadas. Constituem, antes um produto da voz de outras classes, que falam em nome dos oprimidos impedindo que estes se pronunciem. Também soluções efêmeras, na tentativa de manter a "paz social" através

do fornecimento de alguns itens de infra-estrutura social, como concessão do Estado, não têm sido eficazes. Dia a dia aumenta a grande discussão popular pela questão da terra, seja ela rural ou urbana. Cada vez mais a luta por melhores condições de vida vem unindo camponeses e operários em busca de soluções comuns.

Em busca de uma práxis capaz de realmente criar uma sociedade democrática, justa e honesta é que se procura cada vez mais demonstrar aos nossos profissionais a necessidade de uma ação social capaz de solucionar as questões cruciais das massas oprimidas.

É nesse contexto que surge a experiência por nós realizada, em que como membros da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Fortaleza - nos juntamos a outros profissionais e a vários representantes das classes subalternas, num programa de gestão democrática do espaço. A prática aí nos mostrou como surgem alternativas de ação que provam as possibilidades de um trabalho coletivo, desmistificando aquela imagem de que o geógrafo só pode ter bom desempenho se trabalhar sob a tutela do Estado, isolado em seu gabinete ou mesmo em salas de aula. Descreveremos a seguir e analisaremos nossa experiência concreta, que consistiu de um ciclo de debates sobre a cidade de Fortaleza, realizado em cinco etapas e envolvendo um número representativo de moradores e de membros de associações de bairros e favelas da cidade. A ação, ou melhor, a predisposição para a ação decorreu da constante discussão sobre a lacuna freqüentemente percebida em trabalhos de equipe onde o geógrafo é praticamente ausente. Isso não quer dizer que ele não participe nunca. No caso específico de Fortaleza, é notório o interesse de alguns geógrafos, especialmente daqueles mais engajados na AGB, em participar de assembléias e movimentos espontâneos. A partir dessa vivência, sentimos de perto a necessidade de um envolvimento em trabalhos ou grupos mais efetivos, onde nossa contribuição não se resumiria no engajamento em movimentos relâmpagos, efêmeros. Esses movimentos, por sua vez, no auge de sua efervescência, que duram poucos dias, provocam uma agitação que movimentou uma parcela significativa da população atingida pelos problemas detectados. Satisfeita(s) ou não a(s) reivindicação(ões), tudo volta ao seu estado normal. Essa preocupação foi aumentando à medida que nossas discussões e a busca pelo aprofundamento teórico só encontraram resposta num trabalho efetivo, onde o geógrafo poderia engajar-se nas lutas populares como profissional e como cidadão e não apenas como um técnico que assume a postura de olhar de fora os problemas da comunidade. Engajar ou participar deve significar inserir-se no processo, de forma que seu envolvimento signifique que ele se torna parte inseparável do todo social.

A partir da nossa predisposição, surgiram oportunidades de trabalho em outras entidades, como o IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil, a FABFF - Federação das Associações de Bairros e Favelas de Fortaleza e a FASE - Federação para Órgãos de Assistência Social e Educacional. O IAB, dada sua semelhança com a AGB quanto à finalidade e do tipo de entidade, já possuía uma larga experiência em atividades dessa natureza.

Compor uma equipe multidisciplinar que contivesse sociólogos, arquitetos, agrônomos, e principalmente os oprimidos, através dos representantes de várias associações de moradores, constituiu sem dúvida, uma grande dificuldade, pela necessidade de o trabalho fundamentar-se numa produção coletiva.

Essa opção significou que o "discurso competente" da maioria dos técnicos, especialmente os de gabinete, não seria privilégio, pois a produção deveria refletir a heterogeneidade do grupo quanto a sua qualificação, vivência e objetivos.

A junção do *saber técnico* com o *saber popular*, ou seja o saber acumulado na universidade de um lado e o saber derivado da batalha do cotidiano por outro, depois de um longo período de planejamento, resultou numa excelente experiência.

A opção pela metodologia de trabalho mais adequada, aos olhos dos membros do grupo, resultou em reuniões semanais, onde a elaboração do projeto de trabalho se desenvolveria de forma que cada item fosse discutido em detalhes.

Esse plano elaborado coletivamente previa, ao seu término, a execução do ciclo intitulado FORTALEZA - PROBLEMAS E SOLUÇÕES, a ser ministrado junto aos integrantes das associações de moradores de bairros e favelas, objetivando principalmente propiciar, aos participantes, elementos capazes de esclarecer sua condição de cidadão, seus direitos diante do Estado e, principalmente de explicar sua vida na cidade. Nesse processo, seriam enfatizados aspectos ligados a seu cotidiano, de forma que sua ação no espaço do bairro, em seu local de moradia, e na cidade como um todo, tivesse relação e significado com seu espaço de trabalho, na fábrica, no comércio, na administração pública, etc. Esse despertar da ação social como ser e agente histórico e espacial no processo contínuo e dinâmico de produzir a cidade e a sociedade, possibilitar-lhes-ia pensar a cidade na condição de produtores e de usuários. Enquanto mão-de-obra produtora da cidade, o trabalhador, participando das atividades de grupos organizados durante o ciclo, tinha condição de questionar vários aspectos da gestão do espaço da cidade. Aos poucos, a prática de sua cidadania vai se tornando mais autêntica e autônoma, na medida em que desvenda os mecanismos utilizados pelas

classes dominantes para se apropriar dos melhores espaços da cidade e para exercer controle sobre o uso da totalidade do espaço urbano. O plano privilegiou essa leitura e interpretação, e à medida que as unidades foram sendo apresentadas, aumentou o nível de discussão e de esclarecimentos. Geógrafos, arquitetos e sociólogos preparavam o material didático que já havia sido discutido pelo grupo gestor de todo o ciclo, que contava com representantes das entidades promotoras responsáveis pela promoção de todas as atividades.

A proposta inicial foi a seguinte: capacitar as comunidades de bairros e favelas de Fortaleza, através de suas lideranças, a identificar os problemas que as afligiam e a buscar possíveis soluções, alcançando, dessa forma, melhores condições de vida (bem-estar).

Se a decisão sobre o plano definitivo de trabalho foi entremeada de dificuldades, mais ainda o foi sua operacionalização. Sem dúvida, à medida que fazíamos proposições, e, como a maioria das proposições no início das atividades era feita por técnicos (o termo técnico aqui está sendo utilizado apenas para diferenciar os membros do grupo, embora todos apresentassem o mesmo nível de preocupação), aumentava ainda mais nossa angústia ao verificar que a linguagem constituía igualmente um entrave para a necessária comunicação. Durante muitas semanas a discussão consistiu na busca de uma linguagem comum e na centralização de objetivos capazes de conciliar as duas visões. Mesmo havendo interesses comuns sobre a importância da tarefa, a diferença de modo de vida e vários aspectos da vivência urbana exigiam a revisão de várias posições assumidas. Durante muitas sessões, os representantes das associações e de trabalhadores permaneceram calados. Quando se expressavam, era antes por gestos que por palavras. Na maioria das vezes, mesmo essa forma de expressão tinha o objetivo de confirmar posições verbalizadas pelos membros técnicos.

Passada a fase inicial, indiscutivelmente a mais crucial, o grupo foi adquirindo mais unidade e consistência, até que atingiu um ponto em que a participação tornou-se mais efetiva e espontânea, o que facilitou muito o avanço e a realização das tarefas previstas.

Como a primeira unidade mencionava a realização de um filme, o qual deveria funcionar como elemento incentivador da interação entre as comunidades envolvidas no processo, a elaboração do roteiro tornou-se uma tarefa extremamente difícil quando se buscou a linguagem menos técnica possível, capaz de transmitir ao público específico aquilo que havíamos elaborado durante todo esse período.

A preparação do Ciclo aconteceu durante o ano de 1984 (com duração de 9 meses), através de um coletivo formado por representantes das

entidades envolvidas, que durante esse período traçou as diretrizes do ciclo, preparou o material necessário e manteve constantes reuniões com representantes de associações de moradores.

O plano final apresentado foi o seguinte:

## CICLO DE DEBATES - FORTALEZA: PROBLEMAS E SOLUÇÕES

### *1º Etapa*

Fortaleza e seus problemas (apresentação do filme e discussão).

Expansão e evolução da cidade de Fortaleza.

A terra urbana.

A atuação dos poderes e a administração da cidade.

A administração da cidade e os interesses em conflito.

Recursos financeiros e bens municipais.

A democracia, o cidadão e o desenvolvimento urbano.

Participaram dessa 1ª etapa 28 associações de moradores, sendo que 25 com um representante e três com dois, perfazendo um total de 31 pessoas, que formaram duas turmas.

### *2ª Etapa*

Os participantes da primeira etapa deveriam atuar como monitores que, com o acompanhamento da coordenação do Ciclo de Debates, promoveriam, junto às suas associações, debates sobre os principais problemas do bairro, relacionados com as informações e questões discutidas na 1ª etapa. Durante a execução foi necessário que nós assumíssemos o compromisso de atuar conjuntamente, pois os monitores se acharam despreparados para assumir todo o conteúdo da primeira etapa. De qualquer forma o programa foi seguido com uma participação muito grande dos monitores.

Nessa etapa foram realizados cinco seminários agrupando as associações de acordo com a proximidade delas. Cada seminário teve a duração de dois dias, durante os quais o conteúdo da 1ª etapa foi resumido.

### *3ª Etapa.*

Foi a etapa em que se avaliaram os resultados dos seminários da 2ª etapa, objetivando um maior aprofundamento das questões formuladas pelos participantes das associações que, desde a 2ª etapa, já estavam se reunindo de acordo com o critério de proximidade, resultando um pequeno zoneamento das atividades no espaço da cidade.



Houve treinamento para a elaboração de um pequeno diagnóstico, através da aplicação de um conjunto de 15 fichas (questionários) que continham vários aspectos do bairro. Estes incluíam informações quanto à delimitação do mesmo, número de ruas, vilas, quadras, conjuntos habitacionais, existência de recursos naturais, terrenos vazios, situação do abastecimento de água, esgotamento sanitário, além de outros itens, incluindo o desenvolvimento de atividades políticas e religiosas no bairro.

Nessa fase aumentou o número de participantes, pois além dos inscritos na 1ª etapa, o grupo foi acrescido de mais um membro de cada associação que se tinha destacado na 2ª etapa.

#### *4ª Etapa.*

Foi a etapa de retorno dos monitores e dos participantes das etapas anteriores aos seus bairros, com o intuito de aprofundar a discussão com a população da área, usando o plano de trabalho elaborado anteriormente. Nessa fase, a coordenação do ciclo colocou-se à disposição dos monitores para auxiliar em casos de dúvidas e preparar o material necessário para a aplicação de pequenos questionários que ampliassem o conhecimento da realidade do bairro.

#### *5ª Etapa.*

Foi a fase de avaliação dos resultados alcançados durante a execução das etapas anteriores.

O ciclo foi desenvolvido durante o ano de 1985, e neste momento os resultados alcançados dão seus frutos quando a equipe coordenadora já encaminhou projeto para a realização do II Ciclo, esperando corrigi-lo, e adequá-lo às necessidades detectadas para que ele avance no sentido de apoiar os movimentos sociais urbanos de Fortaleza.

Aos geógrafos membros da AGB, participantes da experiência, coube o desenvolvimento de atividades em todos os momentos do planejamento geral, da discussão sobre o filme e da execução das etapas previstas. Durante a primeira, buscou-se trabalhar de forma simples com os conceitos básicos da Geografia, especialmente os de geografia urbana. Focalizando a origem e a evolução de Fortaleza, foi possível explicar aos integrantes do ciclo o acelerado crescimento demográfico que a cidade vem apresentando ultimamente. Com o auxílio de recursos audiovisuais, foram discutidas questões ligadas ao crescimento físico-territorial da cidade, o crescimento vertical, através da relação densidade demográfica/densidade imobiliária. A partir desses enfoques ligados à expansão da malha urbana, foram amplamente discutidos os problemas agrários e ambientais

ocasionados pelo crescimento acelerado e suas implicações na qualidade de vida da maioria dos fortalezenses.

A relevância dessas atividades assumiu grande significado para nós, já que, envolvidos com problemas teórico-metodológicos da Geografia e com questões vinculadas à crítica de nossa prática profissional, foi-nos permitido, na medida do possível, desenvolver as atividades previstas, sempre buscando ajustar o significado dos conceitos geográficos do mundo acadêmico àqueles utilizados no dia-a-dia do cidadão comum.

Para facilitar a aprendizagem e melhorar a compreensão do conteúdo, elaboramos um texto com as idéias básicas sobre o assunto.

Neste momento, quando planejamos o II Ciclo de Debates, percebemos que os textos devem ser convertidos em cartilhas, pois da forma como foram elaborados da primeira vez não apresentaram o rendimento esperado.

Toda reflexão acerca de nossa vivência leva-nos à constatação de que o verdadeiro sentido da ciência geográfica se realiza no momento em que o conhecimento do espaço, sua teorização e sua aplicação emergem da prática do cotidiano.